



INTERSECÇÃO GEOGRAFIA E NUTRIÇÃO NO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

AMANDA CAROLINE DE JESUS COSTA; ALINE BEATRIZ DE JESUS COSTA

RESUMO

Introdução: A insegurança alimentar e nutricional se caracteriza pela não realização do direito de todas as pessoas ao acesso regular e permanente a uma alimentação de qualidade, em quantidade suficiente que não comprometa o acesso às demais necessidades nutricionais, é uma temática que engloba diversas áreas na sociedade para a garantia de acesso a uma alimentação adequada. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma revisão de literatura narrativa, de artigos com a temática de insegurança alimentar e nutricional na perspectiva de intersecção das áreas de geografia e nutrição, foram selecionadas referências de 2013 a 2023, com ênfase nos últimos cinco anos. **Resultados e discussão:** Por envolver múltiplas dimensões a Insegurança Alimentar e Nutricional poderá ser avaliada por meio de indicadores nutricionais e socioeconômicos, cada um destes possui a sua óptica que de forma complementar auxilia na compreensão da situação nutricional da população. A geografia e nutrição são exemplos de áreas que podem contribuir nos estudos da temática para promover ações de combate à fome. Atualmente possuem diversos programas com idealizações em comum, como o incentivo a meios de produção de alimentos sustentáveis, incentivo a agricultura familiar e ao programa de aquisição de alimentos, e a não padronização da alimentação. **Conclusão:** Conclui-se que para combater à insegurança alimentar e nutricional é necessária a articulação de diversos âmbitos, a geografia e a nutrição possuem diversos programas em comum na qual as duas áreas atuam, é necessário que cada vez mais haja a intersetorialidade para que possa aumentar o leque de programas que visem olhar para a fome de uma forma biopsicossocial.

Palavras-chave: Alimentação; Segurança alimentar; Sistema Alimentar.

1 INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é conceituada como a “...realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais” englobando ainda os aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais de uma determinada população (BRASIL,2006). Para a garantia da SAN somam-se ao ato de comer os fatores ambientais e a sustentabilidade dos sistemas de produção dos alimentos, a cultura alimentar dos povos, a qualidade de vida e o acesso à saúde, educação dos indivíduos como um todo, uma vez que a alimentação é mais do que a composição nutricional isolada de um alimento (HAIFIG,2021).

A temática nunca esteve tão presente como do século XX em diante, diversos esforços globais têm se direcionado para o tema. A SAN também pode ser compreendida pelo acesso ao alimento considerando quatro pilares, sendo eles, quantidade dos alimentos, qualidade,

regularidade e dignidade (FAO,1996).

No Brasil, a SAN é definida pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN – Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006) na qual traz nos seus artigos os aspectos a serem considerados para a garantia do direito a uma alimentação e SAN adequadas.

Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange:

I a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;

II a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos (BRASIL, 2006).

A insegurança alimentar (IA) é quando algum dos aspectos preconizados na SAN não estão ocorrendo. Segundo dados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar realizado no contexto da pandemia da Covid-19 (II VIGISAN), evidenciaram que no Brasil 58,7% da população convive com algum grau de IA, nos mais diversos níveis sendo 28,0% IA leve, 15, 2% IA moderada e 15,5% para IA grave, sendo este último totalizando 33,1 milhões de pessoas em situação de fome (REDE PENSSAN, 2022)

Sendo assim dada a relevância do tema, o presente estudo objetivou elucidar a intersecção dos segmentos de geografia e nutrição no que concerne às ações de enfrentamento à insegurança alimentar e nutricional.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura narrativa, na qual foram utilizados artigos científicos que abordavam temas relacionados à segurança alimentar e nutricional, geografia ambiental, sistemas alimentares sustentáveis, e programas de combate à insegurança alimentar. A coleta de dados foi realizada através das bases de dados: Scielo, Google acadêmico e Lilacs, foram realizadas buscas em sites de órgãos oficiais do governo Brasileiro. Dessa forma foram incluídos estudos que apresentaram as seguintes características: (i) disponíveis eletronicamente na íntegra e de forma gratuita; (ii) escritos no idioma português; (iii) publicados no período de 2013 a 2023, com priorização dos últimos cinco anos (iv) publicações e leis de órgãos governamentais como Ministério da saúde, Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento, Organização das Nações Unidas para alimentação e agricultura a qualquer tempo. Foram excluídos: resumos de congressos. Foram utilizados os seguintes descritores em Saúde (DeCs): Insegurança alimentar, nutrição, geografia e alimentação. Na pesquisa foram utilizados os operadores booleanos AND, OR, NOT.

Após leitura e separação dos artigos foi realizada a revisão bibliográfica e organizando as temáticas acerca da intersecção das áreas estudadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para garantir a SAN é latente a necessidade de qualidade de vida e condições socioeconômicas adequadas. De modo que a Insegurança alimentar e Nutricional (IAN) pode ser observada tanto em condições de alimentação hipossuficiente transparecendo a fome e desnutrição, quanto nas doenças provenientes de alimentação errônea, como excesso de peso e carências nutricionais específicas. Dessa forma, em razão de afetar múltiplas dimensões a IAN poderá ser avaliada por meio de indicadores nutricionais e socioeconômicos, cada um destes possui a sua óptica que de forma complementar auxilia na compreensão da situação nutricional

da população (TRIVELLATO.,et al, 2019).

Os sistemas alimentares estão incluídos em diversas agendas nacionais e internacionais que objetivam debates acerca da melhoria da alimentação e nutrição para os diferentes povos, e os países presentes assumem responsabilidades para reduzir a fome, a desigualdade e os impactos ambientais (PREISS; SERGIO, 2020). Um dos exemplos são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), elaborados no ano de 2015, a partir da Agenda 2030, na qual em seu objetivo 2 preveem metas a serem realizadas até o ano de 2030, visando acabar com a fome e a nutrição, promover a agricultura sustentável, e alcançar a segurança alimentar. Destacam-se as seguintes metas:

2.3) “até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola”;

2.4) “até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo”;

2.5) “até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificadas e bem geridas em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente” (AGENDA 2030, 2015).

No contexto da alimentação a elaboração de políticas públicas deve considerar o caráter multissetorial de suas ações, adotando uma visão generalizada que leve em consideração as inter-relações de todos os elementos componentes do sistema alimentar, como a cultura, o meio ambiente, economia e política (MALUF; REIS, 2013).

A geografia é fundamental para compreender o território, que é o espaço onde culmina todas as ações, paixões, poderes, forças e fraquezas, ou seja, é o local onde a história das pessoas acontece a partir das expressões de sua existência. É a disciplina mais apta para demonstrar as problemáticas do mundo, da nação e do lugar. No contexto da alimentação atua debatendo sobre o abastecimento popular, expandindo influências nos diferentes espaços no campo e na cidade, formando redes e estratégias de atuação políticas, ambientais, econômicas, sociais, de classe e culturais (FERNANDES; SILVA; CARMO, 2021)

A contribuição da nutrição neste cenário, visa oportunizar uma abordagem hegemônica de avaliação ligada ao padrão biológico, em busca de um maior envolvimento político nas questões que debilitam o sistema alimentar. Uma grande possibilidade seria a busca de avanços nas práticas de educação alimentar e nutricional (EAN), buscando não somente realizar orientação nutricional sobre consumo, mas também obter o engajamento social e democrático da população em todas as fases de produção do sistema alimentar (CASSIANO,2021).

Diversos estudos no campo da EAN, apontam falhas existentes entre a teoria e a prática, apontando a necessidade de desenvolver intervenções, que abordem a alimentação de uma forma ampla, especialmente a partir de colaborações com a área das humanidades (RAMOS; SANTOS; REIS, 2013). A ideia é reforçada no Brasil através do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, na qual tem dentre um dos seus novos princípios a necessidade de abordagem do sistema alimentar na sua integralidade (BRASIL,2012).

Um dos principais desafios no campo da saúde pública é a forma de distribuição dos alimentos de acordo com a oferta e demanda um traço forte do capitalismo moderno que aumenta as desigualdades econômicas e sociais (GUERRA, 2019). O Atlas das Multinacionais publicado em 2017 demonstrou como o capitalismo interfere na alimentação humana, enfatizando o do agronegócio, da indústria de alimentos e suas formas de distribuição e comercialização como principais ameaças à batalha por sistemas alimentares sustentáveis e a soberania alimentar dos povos, destacou questões como o comercialização de agrotóxicos e produção de sementes na qual afeta diretamente a qualidade dos alimentos e os sistemas alimentares mundiais (KONZERNATLAS, 2017)

Um marco muito importante do estudo da fome foi a publicação do livro Geografia da Fome em 1946 por Josué de Castro, apesar do histórico antigo de estudos sobre o tema assim como nas políticas públicas o conceito de segurança alimentar e nutricional no Brasil se tornou mais forte a partir das décadas de 1980 e 1990, vale ressaltar que no intervalo de tempo entre o lançamento do livro e as décadas supracitadas, ainda persistia no Brasil vários dos problemas relacionados a fome e a desnutrição considerados por Castro (SILVA, 2014). É válido recapitular, que a alimentação é um direito humano fundamental assegurado por lei (EC 064/2010), todavia, no panorama real, a situação é preocupante.

No Brasil, segundo Lima (2018) a Segurança Alimentar está mais longe de ser alcançada do que em muitos países, devido às particularidades de sua formação territorial baseada na concentração fundiária e no agronegócio, as consequências do monopólio desse sistema no país afetam diretamente a SAN de grande parte da população. Outro exemplo são os conflitos por terra e território nas comunidades tradicionais com os latifundiários, na qual impedem a subsistência de povos indígenas, quilombolas, pescadores e camponeses através da agricultura sustentável que não utiliza agrotóxicos e sementes modificadas geneticamente.

Em contrapartida, diversos programas existentes no Brasil buscam o combate à insegurança alimentar e a promoção de uma alimentação adequada e saudável como os programas de transferência de renda, incentivo à agricultura familiar, programa de aquisição de alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar e publicações governamentais como o Guia Alimentar para a População Brasileira dentre outros, muitos desses exemplos tem a intersecção de diversas áreas como a geografia e a nutrição.

A agricultura familiar é uma importante ferramenta na busca pela segurança alimentar e nutricional, por colaborar na diminuição da pobreza e da fome. Sua ampliação reduziria os níveis de insegurança alimentar, entretanto o investimento proveniente do âmbito federal para a agricultura familiar é menor do que o oferecido ao ramo do agronegócio (OLIVEIRA; ABRANCHES; LANA, 2020).

As grandes corporações agroalimentares e as redes de distribuição de escala internacional do complexo alimentar brasileiro têm contribuído para a erosão e padronização dos hábitos e da cultura alimentar da população brasileira, que resulta na perda da variação alimentar e nutricional, alterando inclusive as dinâmicas da agricultura familiar (WOLFF, 2015).

Outra estratégia a ser destacada é o Programa de Aquisição de Alimentos, criado em 2003, faz parte de políticas de segurança alimentar e agrícola do país. O objetivo do PAA é apoiar a agricultura familiar e disponibilizar o acesso de alimentos às famílias em insegurança alimentar. Nesse sentido, o PAA funciona a partir da compra de alimentos de agricultores familiares, sem licitação, a partir disso, ocorre a distribuição dos alimentos para entidades que realizam a doação, que são destinadas à merenda escolar e pessoas em condições de fome e insegurança alimentar.

A SAN se relaciona com o conceito de soberania alimentar, que é o direito dos povos de decidirem sobre os seus meios de produção, a mesma é resultado da luta de classes no campo para a construção de um modelo de produção de alimentos saudáveis que atenda às necessidades

alimentares e socioambientais da população, para garantir a soberania é necessário o controle do território (SCARABELI; MANÇANO, 2019). Sendo assim a SAN envolve diversos âmbitos e atuações tornando-se um conceito multidimensional cada vez mais emergente e necessário articulações para a garantia da mesma em todo o território nacional.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que a segurança alimentar e nutricional é uma condição que envolve diversas facetas, dessa forma faz necessário a articulação de diversos setores seja no âmbito social, econômico, saúde, ambiental, territorial dentre outros, envolvendo toda a comunidade e movimentos sociais.

A geografia e a nutrição são duas importantes áreas no estudo da alimentação, e a intersecção das duas áreas originam diversos estudos e programas com interesses em comum em prol da garantia de uma alimentação adequada e a segurança alimentar dos povos, buscando sistemas de produção sustentáveis e incentivo ao consumo de alimentos in natura que respeitem a soberania e a cultura alimentar local. Sugere-se que buscar cada vez mais a união das duas áreas uma vez que para garantir a SAN é fundamental a intersetorialidade.

REFERÊNCIAS

AGENDA, 2030. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/> Acesso em: 12 jul. 2023.

Brasil. (2006). Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012a.

CASSIANO, Júlia Batista. Sistemas alimentares sustentáveis e segurança alimentar e nutricional no Brasil: uma revisão integrativa. 2021.

FERNANDES, Silvia Aparecida de Sousa; SILVA, Renata; DO CARMO, Vinicius Tadeu. Produção de alimentos e segurança alimentar no Brasil durante a pandemia. **Mundo e Desenvolvimento: Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais**, v. 5, n. 5, p. 92-112, 2021.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. FAO BRASIL, 1996.

GUERRA, Lúcia Dias da Silva; CERVATO-MANCUSO, Ana Maria; BEZERRA, Aída Couto Dinucci. Alimentação: um direito humano em disputa-focos temáticos para compreensão e atuação em segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 3369-3394, 2019.

HAIFIG, Sadala Schmidt Varanda. Segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas brasileiros: uma revisão bibliográfica. 2021.

Konzernatlas Atlas das Multinacionais 2017. Ideias na Mesa [documento da internet]. 2017. [acessado 2023 Jul 11].

MALUF, R. S; REIS, M.C. Segurança alimentar e nutricional na perspectiva sistêmica. In: ROCHA, C; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: Fiocruz, p.43-67, 2013

OLIVEIRA, T.C.; ABRANCHES, M.V.; LANA, R. M. (In) Segurança alimentar no Brasil no contexto da pandemia SARS-CoV-2. Cad. Saúde Pública 2020; 36: e00055220. Disponível em: . Acesso em: 17 de jun. de 2020.

LIMA, L. G. Capital Mundializado e a Geopolítica Dos Alimentos: Uma Análise Das Contradições Da Oferta De Sementes. Anais eletrônicos, Encontro Nacional de Geógrafos – UFPB, João Pessoa- PB. 2018, p.1-12.

PREISS, P. V; SERGIO, S. Sistemas alimentares no século 21: debates contemporâneos. Editora da UFRGS, Porto Alegre, v.1, 360 p. 2020.

RAMOS, Flavia Pascoal; SANTOS, Ligia Amparo da Silva; REIS, Amélia Borba Costa. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, p. 2147-2161, 2013.

Rede Penssan.II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN): relatório final Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

SCARABELI, Vanderly; MANÇANO, Bernardo Fernandes. O debate paradigmático em torno da insegurança alimentar com base nos conceitos de segurança alimentar, soberania alimentar e agroecologia. **Geografia: Ambiente, Educação e Sociedades**, v. 2, n. 1, p. 35-52, 2019.

SILVA, S. P. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2014.

TRIVELLATO, Paula Torres et al. Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 865-874, 2019.

WOLFF, Ana Carolina. Direito à soberania alimentar e ao patrimônio cultural: perspectivas para uma alimentação identitária. 2015.